

FAMÍLIA, JUVENTUDE E NEOLIBERALISMO: DESAFIOS PARA A RESSIGNIFICAÇÃO DO JOVEM COMO SUJEITO DE DIREITOS

**Dra. Tatiane Alves Baptista
Profa. Adjunto da FSS/UERJ**

Numa rápida digressão temporal sobre a sociedade brasileira observamos que o indivíduo que se encontra hoje maduro, socialmente apto a compor a população economicamente ativa, pleno de suas capacidades e potencialidades produtivas, um homem ou mulher de 24 anos, fatalmente nasceu em 1984. Se pudesse imaginar que este homem ou mulher é filho de um casal que o teve com vinte anos de idade vamos chegar ao ano de 1964. Assim, essa retrospectiva remonta uma trajetória que atravessa 44 anos onde praticamente se reinventou o Brasil, de uma lúgubre ditadura militar a uma sinistra democracia burguesa.

Pensar sobre os jovens e sobre suas famílias sob os auspícios do neoliberalismo nos leva inexoravelmente a um balanço desse percurso, pois estamos nos referindo a sujeitos reais e concretos que no passado vivenciaram a promessa do famoso “bolo que ia crescer” em nome do sacrifício coletivo da sociedade e hoje vivenciam na pele a frustrante constatação de que essa promessa não passou de uma grande balela dos militares.

Embora não possamos desconsiderar o importante processo de rearticulação da sociedade civil brasileira que marca os anos da década de 80, nem tampouco desconectá-la dos focos de resistência percebidos nos anos de ditadura, de fato o quadro social, político e econômico brasileiro, após a derrota eleitoral de 1989 significou para as famílias uma aprofundada dinâmica de arrocho salarial, intensificação da pauperização da força de trabalho e desemprego, que em concomitância com o declínio do “milagre econômico” e o ajuste econômico do país ao Fundo Monetário Internacional, em face do grave endividamento externo, recolocou a questão social num novo e agravado estado.

Paradoxalmente, enquanto no chamado capitalismo desenvolvido dos grandes centros econômicos se experimentava os primeiros aportes do neoliberalismo, no Brasil se acirravam as lutas no campo e na cidade pela democracia, instaurava-se o processo constituinte, apareciam no cenário político os “novos movimentos sociais”, e, se aprovava a nova

constituição federal de 1988. Nessa nova Constituição Federal, o Brasil afirmou princípios contraditórios ao neoliberalismo, tais como a universalização dos direitos sociais, a institucionalização de formas de controle e gestão participativa das políticas sociais e a descentralização como forma de democratização do poder.

No entanto, a famigerada vitória de Collor de Melo, seguida por dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, põe em questão esse cenário de fortalecimento dos movimentos sociais, abre um longo período de desconstrução da lógica do direito de cidadania e reafirma a supremacia do mercado sobre o bem estar social.

O Brasil chega atrasado ao projeto de proteção e seguridade social, enquanto Thatcher em 1979 na Inglaterra e Reagan em 1980 nos Estados Unidos, já estavam tocando de forma ritmada o neoliberalismo em seus países, nós só fomos reconhecer a assistência social como política pública em 1988, sem mencionar sua regulamentação que só acontece em 1993 com a aprovação do Plano Nacional de Assistência Social – PNAS. A essa altura o dito capitalismo desenvolvido já tinha encampado boa parte da agenda de ajustes neoliberais, deixando para países como o Brasil poucas condições de contraposição. Foi assim, contrariando a direção sinalizada na década anterior, que o país cria o Ministério da Administração e Reforma do Estado – MARE e seu conjunto de intensas reformas.

Nessa comunicação visamos abordar os rebatimentos desse processo sobre as famílias, focalizando nela o lugar do jovem. Para isso levaremos em conta o legado da formação social recente da sociedade brasileira na constituição desse segmento social, pois segundo nossa hipótese, as práticas juvenis na atualidade dos grandes centros urbanos guardam profundos vínculos com uma herança social e cultural deixada pelas contradições da consolidação do elitismo e da desigualdade que caracterizam o nosso país.

Num primeiro momento situaremos o neoliberalismo, bem como as mutações na família, fazendo um balanço das repercussões neoliberais tanto para a família propriamente dita, quanto para o ponto de vista da juventude. Em seguida buscaremos inserir no debate como o segmento jovem, na articulação com suas famílias, se tornam alvo de políticas públicas. Tentaremos com isso revelar as distâncias percebidas entre os discursos e as práticas institucionais nessa área em face do retrocesso do significado da assistência no neoliberalismo e da sua incapacidade de apreendê-la como direito, e, por fim, mostrar como no lugar disso o

Estado brasileiro reafirma a supremacia do mercado, reduz a autonomia dos sujeitos a uma pseudo-iniciativa empreendedora, estabelece tipos ideais de família e responsabiliza socialmente os mais afetados, tratados como “desajustados” e “desequilibrados” neste domínio.

FAMÍLIA E JUVENTUDE A PARTIR DAS REPERCURSÕES NEOLIBERAIS

Para um rápido entendimento acerca dos principais aspectos que caracterizam o projeto neoliberal podemos dizer, segundo a análise feita por Anderson (1994), que sua meta maior constitui-se a estabilidade monetária através da restituição do que chamam de taxa natural de desemprego, reforma fiscal e contenção de gastos com bem estar. Seus primeiros governos, a saber: Thatcher (1979) e Reagan (1980), inauguraram um programa marcado por: contração da emissão monetária, elevação das taxas de juros, baixa drástica dos impostos sobre rendimentos altos, abolição do controle sobre fluxos financeiros, criação de níveis de desemprego massivos, insensibilidade a greves, legislação anti-sindical, cortes de gastos sociais, implantação de amplo programa de privatizações.

Outro ponto crucial desse programa de ajustes refere-se à desregulamentação financeira criando condições otimizadas ao investimento especulativo em detrimento do produtivo. Tal programa foi uma receita seguida pelo conjunto dos países ditos subdesenvolvidos, em particular pelo Brasil.

Dessa forma, o Estado neoliberal afirmou um processo de retrocesso em relação ao que se conquistou em 1988, jogando a sociedade no agravamento da pobreza, do desemprego, da violência, da insegurança, do medo, e, com isso um alto grau de conflito e violência. É, pois, em função destes conflitos que os neoliberais são obrigados a mudar seu discurso, ainda que este não reflita na sua prática.

Para isso particularmente, contaram com a mídia para a construção de um consenso em torno do desprestígio dos serviços públicos, na justificativa pública dos cortes com gastos sociais, no desfinanciamento das instituições públicas, no sentido de tornar tais processos socialmente aceitáveis.

No entanto, o fenômeno do neoliberalismo veio combinado a um conjunto de mudanças no mundo do trabalho cujas conseqüências estão longe de um significado apenas econômico. Ao contrário, os fenômenos da mundialização e da reestruturação produtiva vêm determinando substantivas transformações na vida social pública e privada. Dessa forma, ao analisarmos a família e a juventude não podemos desconsiderá-los.

Uma das principais características do capitalismo atualmente é a adoção de uma estratégia a partir de uma dinâmica de produção restrita, para um público consumidor igualmente restrito. O resultado disso é um desequilíbrio entre a produção das mercadorias e a produção das necessidades consumidoras de mercadorias.

A crise do fordismo deu lugar a um amplo processo de reestruturação, denominado de “acumulação flexível” (Harvey,1992). Segundo esse auto tal modelo é marcado por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrão de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novas, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no chamado “setor de serviços”.

As conseqüências desse processo são: desemprego, regimes de trabalho e contratos flexíveis, aumento da subcontratação, aumento do trabalho domiciliar e pequenos negócios, um novo papel dos serviços para acelerar o tempo de giro do capital, desregulamentação, inovação de ordem tecnológica, do tempo de vida útil dos produtos e institucional, controle do fluxo de informações, reorganização do sistema financeiro global. Para o trabalhador, tudo isso significou o aumento da exploração da sua força de trabalho seja pela intensificação da mais-valia absoluta (extensão da jornada) seja pela intensificação da mais-valia relativa (aumento da produção por jornada), através da combinação de novas tecnologias e novas formas de organização do processo de trabalho.

Segundo Antunes (1995) os resultados imediatos no mundo do trabalho podem ser pontuados assim: desregulamentação dos direitos do trabalho, aumento da fragilidade da classe trabalhadora, precarização e terceirização, destruição do sindicato de classe por um

sindicato dócil, parceiro ou mesmo um “sindicato de empresa”, tal processo constituiu a base material do projeto ideológico e político neoliberal.

Uma das expressões mais graves dessa engrenagem foi o estilhaçamento crescente da classe trabalhadora, cujos pedaços embora mantenham sua identidade fundamental, isto é a força de trabalho como meio de vida, a consciência desta unidade dificilmente se pode perceber, formando o proletariado industrial, de serviços, proletariado rural, precarizados, subcontratados, subproletariado, terceirizados, trabalhadores da economia informal e desempregados.

Diante desse quadro podemos situar a afirmação no cenário brasileiro de três tendências fundamentais, e que afetam a vida familiar, a primeira refere-se à incorporação do trabalho feminino e as políticas de gestão diferenciada para esta força de trabalho, são dois tipos de remuneração, discriminação das casadas, jornadas mais longas, dupla jornada, ou seja, trata-se da apropriação das diferenças de gênero como forma de intensificação da desigualdade pela apropriação da diferença.

A segunda tendência refere-se ao processo de expansão dos trabalhos médios de serviços, que sofrem também os efeitos da reestruturação e da privatização do Estado: diminuição dos serviços sociais públicos, aparecimento do voluntariado, desemprego e crescimento do chamado terceiro setor.

Por último a expansão do trabalho em domicílio, cujas marcas são: flexibilidade dos processos de produção, trabalho infantil, trabalho idoso, repetência escolar, evasão escolar e adoecimento.

Esta miríade de acontecimentos afeta sobremaneira a família impondo suas conseqüências. Nos últimos quinze anos em nosso país, as famílias têm sido francamente atingidas na sua estrutura, nas suas formas de relação internas e nas suas formas de reprodução social.

FAMÍLIA E JUVENTUDE: SINUOSIDADES DA CRISE ATUAL

Levando em conta as famílias pobres do país observamos que esses processos têm significado o aumento dos contingentes de pessoas habitando a mesma casa, os chamados agregados, produzindo unidades familiares bastante distintas entre si. Junta-se a isso o crescimento dos lares chefiados por mulheres, função que até bem pouco tempo era tida como exclusividade masculina. A sobrevivência dessas pessoas é cada vez mais garantida por redes de solidariedade parental ou da própria vizinhança. No entanto crescem também os conflitos no âmbito da própria família. Para o jovem em particular, esse tipo de aglomeração é extremamente estressante, ao mesmo passo que é causador de rebeldias e confrontos é também produtor de relações de controle e de punição.

Vale ressaltar que aqui não pretendemos referenciar a reflexão sobre as atuais configurações da família em modelos pré-concebidos e/ou ideais de família. Em tais modelos presidem a figura da família nuclear, monogâmica, composta de pai, mãe e filhos. O pai provedor das necessidades da família, a mãe caridosa toma conta da casa e da educação dos filhos. Ao contrário, concordamos com Mello (1995) quando ela problematiza o caráter isolado e sem conflitos internos e externos deste modelo. E ainda, o quanto ele tem sido difundido pelos meios de comunicação de massa como desejável e socialmente esperado. Além disso, estamos críticos à forma como este modelo tem sido interiorizado como produto ideológico, de caráter normativo e de estigma da chamada "desorganização familiar".

Ao contrário disso, verificamos hoje o amoldamento de famílias que divergem deste modelo normativo de organização. Dessa forma não consideramos adequado falar em ausência de organização familiar. As famílias hoje são como elas são e não como elas deveriam ser segundo modelos a-históricos e sem perspectiva de classe, de gênero e de etnia.

De um modo geral o que se pode perceber entre as camadas mais atingidas pela desigualdade é que o modelo idealizado de família ("pai, mãe e filhos") quase não existe. Há uma maior quantidade de famílias marcadas pelo falecimento, adoecimento ou abandono do pai "provedor", lares chefiados por mulheres (mãe, tia, avó ou irmã mais velha), crianças com inserção precoce no mercado de trabalho visando compor a renda familiar e consumo pessoal.

Mas, há também casos de abandono ou falecimento da figura da mãe, em alguns casos o próprio pai assume as funções de cuidado da casa e educação dos filhos.

Esta adequabilidade de organização que caracteriza a família, não significa a ausência de divergências. Há muitas, e envolvem adultos e crianças. A violência dos mais fortes contra os mais fracos e o exercício do poder arbitrário sempre estão presentes, mas no entanto vale lembrar que essa não é uma característica específica destas famílias. Mas aqui, ainda é preciso estar muito atento e não confundir a violência dos conflitos que atingem estas famílias com a desorganização. É necessário ver as condições em que vivem estas famílias para compreender a inevitabilidade dos conflitos. Basta tomar as habilitações populares como ponto de referência do nosso olhar e da nossa reflexão. Lado a lado com a conquista diária do alimento, sempre escasso, conquista-se um espaço no interior das casas pequeníssimas, camas e colchões compartilhados com muitos irmãos.

Não só é impossível a intimidade, como há uma coletivização forçada que constitui o núcleo obrigatório da vida em família.

Nas casas eles estão, literalmente, jogados uns sobre os outros e, o que é importante, jogando seus sentimentos, sejam os fortes sentimentos de afeto ou os, igualmente fortes, de raiva e frustração” (Mello: 1995: p.58).

Ao refletir sobre as condições de sobrevivência cotidiana das famílias empobrecidas, Carvalho (1995), assinala que essa coletivização forçada somada à fadiga e ao desgaste pelo trabalho, acumula-se na monotonia do próprio viver, na rotina de um cotidiano sem novidades. É claro que, nesse contexto, o trânsito da submissão à rebelião se faça sem mediações: se façam como explosões que machucam e violentam a si próprios e seus pares numa convivência, familiar e comunitária, muitas vezes aviltante.

Outro aspecto que merece destaque é aquele que se refere às consequências da violência urbana na composição familiar. A morte precoce, seja nos conflitos internos às facções criminosas, seja no conflito direto com a polícia, vem produzindo famílias monoparentais e grupamentos familiares marcados pelo medo da morte precoce e violenta.

Fica evidente que se trata de um processo perverso de eliminação física de pessoas do sexo masculino (são 20 rapazes mortos por arma de fogo para cada moça), jovens (entre os 15 e 19 anos de idade chegando ao topo entre os 20 e 24 anos de idade) e pobres (as vítimas de homicídio estão concentradas na população que deixou a escola entre 4 e 7 anos de estudo).

Fica evidente que as mutações no mundo do trabalho em par com o neoliberalismo se articulam a novas formas de enriquecimento advindo da produção ilegal tais como o narcotráfico, o tráfico de armas e a corrupção. Frente a essa perspectiva o jovem se sente inseguro e com medo. Medo de morrer de forma precoce e violenta; medo de não encontrar um lugar no mercado de trabalho e sobrar, gerando uma impossibilidade de projetar o futuro.

Essa determinação pesa principalmente sobre a família, uma vez que ela é a instituição cobrada socialmente a constituir indivíduos produtivos para o mundo do trabalho. Família, escola, trabalho, sociedade conformam-se assim num dilema que articula culpa e cobrança, ficando sobre a família, personificada principalmente na figura feminina, aquela que será responsabilizada.

No entanto esse cenário de insegurança não se restringe as camadas desfavorecidas economicamente abarcando o jovem e suas famílias de um modo geral. O medo do alardeado desequilíbrio ecológico, o medo do trânsito, o medo do despreparo da polícia, o medo da violência institucional nas escolas, o medo do machismo que violenta e mata, são alguns dados de realidade que assolam a juventude brasileira tanto objetiva, quanto subjetivamente. Soma-se a isso a forma como as famílias são compelidas a viver – até uma dúzia de pessoas dentro de uma mesma casa – gerando desentendimentos de toda ordem. A vida familiar é tensa e as relações são paulatinamente desgastadas pela questão do apelo ao “consumismo”, e, evidentemente, para aqueles jovens de classes menos favorecidas, a questão da pobreza se torna crucial.

Nestas famílias o comprometimento da capacidade de assegurar as condições mínimas de reprodução social dos seus membros produz necessidades de atenção e proteção social, a saber: saúde pública de qualidade, educação escolar de qualidade, creches de qualidade, cultura, lazer e esportes, oportunidade de desenvolvimento das capacidades com autonomia e criatividade, ações que o Estado sob a égide neoliberal não se propõe a ofertar. Assim as famílias são obrigadas a adotar as mais diversas formas e alternativas para sobrevivência física, material e psíquica. Nesta última destacam-se as buscas de alternativas de inserção, muitas vezes mediadas pela razão mística. Uma das conseqüências disso é o crescimento acelerado de seitas religiosas, obscurantismo, sobretudo de caráter evangélico, fortalecendo o

esvaziamento da cidadania e a tendência à despolitização da vida pública própria dos dias de hoje.

Com o crescimento compulsório do trabalho informal, em função do desemprego, do trabalho desqualificado e mal remunerado cresce o adoecimento, o alcoolismo, a violência contra mulher, a entrada de jovens no tráfico de drogas e de armas. A contrapartida do Estado, no entanto não acompanha a gravidade destas determinações, recaindo sobre a lógica da privatização e da responsabilização dos sujeitos pelos problemas sociais.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE: RESSIGNIFICAÇÃO DA JUVENTUDE COMO SUJEITO DE DIREITOS

Os jovens representam 25% da população mundial e, ao mesmo tempo representam uma das maiores vítimas da atual dinâmica social. Violência, terceirização, flexibilização dos direitos, desemprego estrutural são elementos que constantemente desafiam a juventude como um segmento que vislumbra o seu desenvolvimento pleno para uma vida adulta com direitos sociais e liberdades democráticas.

O acirramento das condições de vida dos “de baixo”, que hoje se vêem obrigados a conviver com o quadro de violência, desatenção social e, principalmente, desemprego, aos poucos e de forma pouco sistemática, produz entre os jovens, um discurso e uma prática reivindicatória em torno de alguns temas e de algumas bandeiras que os particulariza nos dias presentes.

Podemos dizer que estas reivindicações se tornaram motes importantes no processo de resistência canalizada através da luta da juventude brasileira, processo que chamamos aqui de uma luta pelo “direito a ter direitos”. Dentre estes pontuamos o tema do direito a educação pública e de qualidade como um dos mais abordados pelo segmento juvenil.

A educação é reconhecida pelos jovens como um meio de cidadania e por ser capaz de proporcionar melhores oportunidades de trabalho. A bandeira da “educação” apresenta-se nos diálogos juvenis não apenas como uma forma de conclamação do direito - educação pública, gratuita e de qualidade - mas também como uma forma de denúncia - baixa qualidade das escolas públicas, desigualdades entre instituições públicas e privadas, programas educacionais sem continuidade e sem garantias futuras.

Os jovens reivindicam não só o acesso universal ao ensino, mas também uma educação de qualidade, onde seria necessária a elaboração de novas práticas educacionais, a utilização na educação do desenvolvimento científico e tecnológico, maior qualificação dos profissionais e a equiparação entre a educação das instituições de ensino públicas e privadas.

A educação é um tema abordado tanto por jovens que já têm o ensino médio concluído e aspiram cursar o nível superior, quanto por jovens que querem concluir o nível fundamental e seguir os estudos para terem a oportunidade de saírem do trabalho braçal. Este dado é interessante para ressaltar a importância que a educação ocupa nos diferentes níveis sociais, importância esta que na maioria dos casos está pautada na preocupação com o mercado de trabalho.

Outra reivindicação dos jovens é o direito ao passe livre (transporte gratuito) aos estudantes. Esta reivindicação produziu em vários países mobilizações que conclamam o direito a gratuidade, como por exemplo, “a revolta do buzu” ocorrida em 2003 em Salvador capital da Bahia. A luta pelo passe livre tornou-se simbólica em diferentes cantos do país como uma contraposição desse segmento que ao lutar por seus direitos chamou atenção para os abusos do capitalismo, amalgamado no sistema de transporte urbano, sobretudo as empresas rodoviárias.

A precarização das relações trabalhistas, o crescimento de empregos temporários, a pluratividade, além da perda de segurança social, fizeram com que os jovens se constituíssem num dos grupos sociais mais expostos as oscilações do mercado de trabalho.

No caso brasileiro 26,8% da população é constituída por jovens, destes cerca de 18% estão desempregados. No Brasil a taxa de desemprego entre os jovens é de três a quatro vezes maior do que entre os adultos.

Além das dificuldades produzidas pela reestruturação do trabalho esse segmento tem que lidar com a discriminação por ser jovem e com a moralização, a criminalização da sua condição social, de gênero, etnia, raça, religião.

Um dos maiores anseios dos jovens com relação ao trabalho é o desejo do consumo e a busca pela emancipação financeira da família. Isso se coloca de forma clara nas motivações e discursos da juventude, muitos jovens relatam a questão da necessidade de consumo

incessantemente alimentada pela indústria cultural através do marketing das empresas configurando numa “ideologia do consumo”.

Outro destaque no quadro geral das lutas dos jovens refere-se à concentração de poder, tanto econômico quanto político, nas mãos de poucos, além da subordinação cultural que impedem o acesso dos jovens ao lazer e aos bens culturais.

Só o Estado é capaz de ampliar o acesso ao lazer e fruição cultural além de garantir os meios necessários para a reprodução dos mais diferentes tipos de manifestações artísticas, tornando legítima a reivindicação dos jovens quanto ao acesso ao patrimônio material e imaterial produzido em nossa sociedade. Assim, a juventude reclama pela criação de políticas públicas para a ampliação de espaços de atividades culturais, de lazer e de esporte, levando em conta as tradições sociais de cada região.

A população jovem é afetada diretamente por diferentes formas de violência, tanto física quanto simbólica. Preconceitos e discriminações por raça, gênero, local de moradia, vestimenta são violências exercidas sobre os jovens, sem contar o estigma de baderneiro e rebelde sem causa que o jovem adquiriu socialmente.

Outro exemplo do nível de violência que afeta a população jovem refere-se à restrição do direito de ir e vir. Determinada pelo tráfico e por suas facções criminosas se impõe sobre as comunidades, além da lei do silêncio, o toque de recolher. Proíbem a ida em localidades onde impera uma facção rival, impedindo dessa forma a socialização entre os jovens de regiões diferentes.

Assim, passa a ocupar de forma destacada a pauta das lutas da juventude organizada, a exigência de políticas públicas que promovam e garantam direitos de cidadania; a promoção também da valorização da diversidade cultural; além da reforma e aperfeiçoamento técnico de caráter humanizado das instituições policiais, judiciais e penitenciárias.

Em função disso nos últimos anos a juventude foi sendo reconhecida como um segmento social portador de direitos sociais que se afirmam num conjunto de programas e projetos sociais, bem como no debate e aprovação de uma legislação que preconiza de forma específica estes direitos.

A partir de uma primeira leitura de alguns destes programas criados pelo governo federal a partir dos anos 90, notamos ainda que em termos de discurso, um grande interesse

em reintegrar os jovens às escolas para que terminem pelo menos o ensino médio, aliando tal iniciativa a outras, como esporte, oficina de artes e até mesmo no mercado de trabalho.

A maioria dos projetos possui caráter focalizado nos mais pobres e ganham incremento na passagem para a primeira década do ano 2000, destes percebemos que alguns possuem bolsa, seus valores variam de projeto para projeto, como uma forma de auxiliar nos gastos (transporte, alimentação, material didático e outros), além de ser um incentivo.

Ao analisarmos o material levantado junto a Secretaria Nacional de Juventude, nos deparamos com um conteúdo cuja fundamentação chamou atenção quanto à forma bem referenciada com que foram construídos os termos da fala oficial acerca da delimitação do campo setorial da política social de juventude, abarcando uma preocupação em expor com consistência os elementos que se articulam no que tange a juventude, desde a historicidade, a ética, a estética, a cultura e a regionalidade. No entanto, observamos também a forma com que a fala do governo federal desconsidera o enorme campo de contradições inerentes às reais possibilidades destas políticas.

Chamamos de contradições os processos políticos que se impõem aos municípios no que tange ao desenvolvimento do chamado poder local. Não é pouco comum nos depararmos com um quadro onde figuram o clientelismo, as relações de favor, a corrupção e a desqualificação. Tais determinações favorecem a uma enorme dissociação entre aquilo que se ambiciona em termos de planos, projetos e programas e a sua efetivação na realidade cotidiana dos municípios.

Outro ponto observado e que merece ser destacado, refere-se ao fato de que boa parte dos programas e projetos vinculados a política pública de juventude encontram no assistente social um profissional privilegiado no sentido da sua efetuação, no entanto, causa estranhamento a lacuna existente quanto a uma fala representativa destes profissionais, seja na demarcação acerca do seu papel, seja das condições de trabalho frente às demandas governamentais, deixando assim a dúvida acerca de quem estará à responsabilidade profissional de coordenação da implantação desta política.

Outra questão que aparece ao analisarmos a política pública de juventude no Brasil refere-se ao financiamento. Repetindo o modelo adotado nos processos históricos que consubstanciaram a aprovação da Carta Constitucional de 1988 e o Estatuto da Criança e do

Adolescente na primeira metade dos anos de 1990, as articulações em torno da aprovação do Estatuto dos Direitos dos Jovens, reproduz um modelo pouco eficaz ao definir uma política social divorciada de um debate acerca da política econômica e da questão do fundo público.

Como é possível tornar real os programas e projetos se eles não deixam suficientemente esclarecidos a questão do financiamento, isto é, não apresentam consigo previsões orçamentárias claras e conseqüentes. Nesse contexto caberia um balanço crítico acerca dos impasses ainda hoje presentes na implementação do ECA, no sentido de mapear as razões pelas quais, lamentavelmente, a cidadania plena para o segmento da infância e da adolescência continua uma meta e permanecem longe de alcançar um caminho de resolução.

Entendendo o segmento da juventude como os sujeitos cuja faixa etária encontra-se entre 15 e 29 anos, o governo federal estabelece a partir do entendimento do jovem como sujeito de direitos as seguintes noções fundamentais sobre os eixos das oportunidades e dos direitos: oportunidades para adquirir capacidades: educação, qualificação e cidadania; oportunidades para utilizar capacidades: mercado de trabalho, crédito, renda, esportes, lazer, cultura e terra; garantia de direitos: serviços voltados para as necessidades básicas e as condições necessárias para aproveitar as oportunidades disponíveis.

Com esses princípios o governo federal expõe um quadro onde percebemos os seus principais programas e projetos da política nacional de juventude: PROJOVEM; ProUni; Programa Livro Didático Para o Ensino Médio; Proeja; Programa Brasil Alfabetizado; Projeto Rondon; Soldado Cidadão; Segundo Tempo; Escola Aberta; Pontos de Cultura; Bolsa Atleta; Nossa Primeira Terra e Pronaf Jovem; Programa Juventude e Meio Ambiente; Saúde do Adolescente e do Jovem.

A leitura desse quadro mostra um processo paulatino de reconhecimento de direitos no campo da juventude, no entanto mostra também que esse reconhecimento se dá nos moldes da cultura política com que se forjou historicamente a cidadania no Brasil. Nota-se que em grande parte destes programas sociais para a juventude, os próprios jovens são convocados a individualmente responder pela sua condição social de desempregado, não escolarizado, repetente.

Não há previsão orçamentária de custeio da política, da mesma maneira não há previsão de formas de avaliação de impacto e de resultados das mesmas.

O caráter focalizado dos programas dilui a perspectiva coletiva e política intrinsecamente relacionada à noção de cidadania, assim os jovens muitas vezes têm que passar o chamado “atestado de pobreza” para ter acesso aos projetos sociais. A análise da política pública de juventude revela um grande silêncio em relação as prerrogativas básicas para o sucesso de uma política pública: construção e investimento em estrutura física e material adequado à especificidade desse público e concurso público para a formação de equipes multiprofissionais capaz de dar conta da complexidade objetiva e subjetiva que envolve o jovem brasileiro na atualidade.

A inexistência destas condições aparece numa realidade marcada por atraso dos pagamentos das bolsas e dos salários, pela força de trabalho voluntária e precária, por prédios e edificações inadequados e sem condições de abrigar o trabalho com os jovens, desqualificação social, cultural e estética dos projetos.

Importante ainda dizer que em muitos dos programas e projetos da política pública para a juventude, a família é requisitada e cobrada pela presença e interesse dos filhos na participação nos projetos. Fica a cabo da família, principalmente da figura feminina, a tarefa de convencer um jovem ou uma jovem de 17 anos a participar assiduamente de oficinas para aprendizado da produção de vassouras, instalação de ventiladores ou lidar com encanamentos e serviços hidráulicos.

À medida que eventualmente a família não dá conta dessa atribuição é cobrada, responsabilizada e até mesmo punida pelo Estado através da política de inversão da cidadania.

Tudo isso reflete uma herança social que foi sendo tecida ao longo das últimas décadas onde os de baixo são vistos com desdém, como preguiçosos, vagabundos, marginais e, por isso, como não merecedores da participação na distribuição da riqueza socialmente produzida.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Perry. “Balanço do neoliberalismo”. In: SADER, Emir e GENTILLI. Pablo (orgs). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo/Campinas: Cortez/Ed. da UNICAMP, 1995.

BRASIL, Projeto de Lei no. 27 de 2007. Reginaldo Lopes. Câmara dos Deputados: Brasília: 2007.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. O lugar da família na política social. IN:

CARVALHO (Org). A família contemporânea em debate. São Paulo, EDUC, 1995.

Conselho Nacional de Juventude: natureza, composição e funcionamento – agosto de 2005 a março de 2007/ Maria Virgínia de Freitas (org) – Brasília, DF/ São Paulo: CONJUV; Fundação Friedrich Erbert; Ação Educativa, 2007.

CASTRO, Mary Garcia, ABRAMOWAY e Miriam, LEON, Alessandro. Juventude: tempo presente ou tempo futuro? Dilemas em propostas de políticas de juventudes/– São Paulo:

GIFE – Grupo de institutos, fundações e empresas. 2007.

ECA. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei no. 8069, de 13/julho/1990. São Paulo: Saraiva, 1993.

HARVEY, David. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo, Ed. Loyola, 1992.

LAUREL, Asa Cristina (Org.) Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo. São Paulo: Cortez, 1997.

PEREIRA, Bresser. Plano Diretor da Reforma do Estado. MARE (Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado) Brasília: Presidência da República. Imprensa Oficial, Setembro, 1995.

MELLO, Sylvia Leser de. Família teórica e observação factual. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (Org). A família contemporânea em debate. São Paulo, EDUC, 1995.

OLIVEIRA, Francisco de. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, F. e PAOLI, Maria Célia (orgs). Os sentidos da democracia. Petrópolis: Vozes, 1999.

Organização Internacional do Trabalho. Escritório Regional para América Latina e o Caribe, Trabalho decente e Juventude. América Latina. Resumo Executivo. Brasília, Organização Internacional do trabalho, 2007.

Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas/ Regina Reyes Novaes, Daniel Tojeira Cara, Danilo Moreira da Silva, Fernanda de Carvalho Papa (orgs.) – São Paulo: Conselho Nacional da Juventude; Fundação Friedrich Ebert, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. In: A crise dos paradigmas em C. Sociais e os desafios para o Século XXI, (org) ed. Contraponto 1999.

Secretaria Nacional de Juventude, Documento base da 1ª Conferência Nacional da Juventude. Brasília. 2008.

WASELFISZ, Julio Jacobo. Relatório do Desenvolvimento Juvenil. Brasil. 2007. Guia de Políticas Públicas de Juventude. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2006.